GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da audiência pública do EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação Industrial e Agrícola”, de responsabilidade da Usina Açúcar Guarani S. A. – Unidade Cruz Alta.

Realizou-se, no dia 1º de junho de 2010, às 17 horas, na Câmara Municipal de Olímpia - situada na Praça João Fossalussa, 867, Centro, Olímpia/SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente-EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação Industrial e Agrícola”, de responsabilidade da Açúcar Guarani S. A. – Unidade Cruz Alta (Processo SMA 12/2009). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do Consema, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Luís Gustavo Pimenta, Vice-Prefeito de Olímpia; Raphael Cesarini Filho, Prefeito Municipal de Severina; Sílvio Roberto Pelegrini, Secretário Municipal de Agricultura de Olímpia; Paulo Marcondes, Secretário de Governo do Município de Olímpia –, do Poder Legislativo – nas pessoas do Excelentíssimo Senhor Luiz Antônio Salata, Vereador líder da bancada do Prefeito na Câmara Municipal de Olímpia; Francisco Roque Ruiz, Vereador e Ex-Presidente da Câmara Municipal de Olímpia; Guto Zanette, Natal Antônio Reginaldo, Dirceu Bertoco, Guto Zanetti e Priscila, todos Vereadores pelo Município de Olímpia –, dos órgãos públicos – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Rosângela Pereira, representante da Escola Maria Ubaldina de Barros; Maria Teresinha Nascimento Biagi, representante da Escola Anita Costa; Maria Cristina Poletto, Gerente de Divisão da CETESB, e do Capitão Azevedo, da Polícia Ambiental de Barretos –, das organizações da sociedade civil – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Otávio Lamana Sarti, representante da Associação dos Fornecedores de Cana-de-Açúcar da Região de Catanduva; Luiz Carlos Foreti Filho, Rotary Clube de Olímpia; Sérgio Mendes, representante do GVS-Barretos e VISA-Olímpia; Luiz Donizeti Ribeiro, Presidente do Rotary Club de Olímpia; e do Eminentíssimo Padre Ivanildo Gonçalves de Mendonça, da Paróquia São José, de Olímpia; enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente–EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação Agrícola e Industrial”, de responsabilidade da de responsabilidade da Usina Guarani S. A. – Unidade Cruz Alta (Processo SMA 12/2009). Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições estas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, o Secretário-Executivo do Consema esclareceu que seu papel nas audiências públicas era completamente isento, e sua função era tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que têm alguma coisa a dizer sobre o empreendimento possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Em seguida, expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas. Após esses esclarecimentos introdutórios, convidou para compor a mesa dos trabalhos Maria Cristina Poletto, Gerente de Divisão da CETESB, e, face à ausência de conselheiros que pudessem também compor a mesa, passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da equipe responsável pelos estudos ambientais. Jaime José Stupiello, Diretor Agrícola da Usina Guarani S.A., falando em nome da Central de Gerenciamento de Resíduos – CGR, relatou em seu inteiro teor o projeto, após o que o geólogo Antônio Melhem Saad, auxiliado por Marcos Otis, ambos da TN-Ambiental, submeteram à apreciação dos presentes os

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

estudos ambientais que integram o EIA-RIMA, dando ênfase aos principais impactos resultantes da obra e às medidas a serem implementadas para compensá-los. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes das entidades da sociedade civil. Luís Carlos Forest Filho, representante do Rotary Clube de Olímpia, comentou que a ampliação da usina veio contribuir de forma eficaz para o incremento da indústria na região, de modo particular dos fornecedores da Guarany, entre os quais asseverou incluir-se. Acrescentou que referida ampliação, da ordem de 25%, geraria cerca de mil empregos diretos, sendo destes trezentos e sessenta e cinco contados entre as vagas de nível superior. Assentiu que a produção de cana-de-açúcar gera diversos passivos ambientais, que demandam o necessário investimento em programas de recuperação do meio ambiente. Ressaltou a seriedade com que a empresa trata das questões relativas às nascentes e áreas de preservação permanente, e se proclamou orgulhoso por integrar o projeto do lixo útil, um dos previstos como contrapartida ao empreendimento. E reiterou seu mais franco apoio à expansão. Padre Ivanildo Gonçalves de Mendonça, da Paróquia São José, de Olímpia, igreja pertencente à Diocese de Barretos, discorreu acerca da importância das parcerias desenvolvidas entre sua paróquia e os empreendedores, ressaltando o trabalho da Guarany no que tange à promoção humana, por meio da assistência a famílias carentes, nesta que seria uma região, segundo ele, extremamente pobre. Destacou ainda a parceria resultante na construção e reforma da Paróquia São José, pertencente a uma diocese que conta com cerca de trezentas mil pessoas, e manifestou-se jubiloso com o empreendimento ora em discussão. Foi então dada a palavra a Ronald Remondy Junior, cidadão olimpiense que, falando em nome próprio, elencou inúmeros programas assistenciais desenvolvidos pelo Grupo Guarany. Destacou a ampliação das vagas de emprego, o incremento nos impostos resultante do aquecimento da economia e as parcerias com os produtores da região, pautadas nos melhores parâmetros de relacionamento comercial. Ao final, parabenizou o Grupo pelo empreendimento em estudo. Passou-se à etapa em que se pronunciam os representantes dos órgãos públicos. Capitão Azevedo, da Polícia Ambiental de Barretos, lançou, após saudar a todos, três questionamentos: em primeiro lugar, indagou que critérios teriam norteado o georreferenciamento conforme levado a efeito, face ao previsível impacto do empreendimento em várias dessas regiões, e solicitou esclarecimentos relacionados aos conceitos aplicados à disciplina de zoneamento adotada; em segundo lugar, questionou se o estudo realizado teria levado em conta, no que tange ao córrego do Babaçu, área diretamente afetada pelo empreendimento, as captações clandestinas presentes em toda a extensão do curso d'água. A esse propósito recordou, aliás, que tal microbacia se presta a inúmeras captações particulares, destinadas à irrigação de culturas diversas. Em terceiro e último lugar, questionou acerca da ausência de muitas espécies da fauna silvestre brasileira no EIA/RIMA, indagou se teriam sido consideradas no estudo todas as aves listadas no Decreto Federal pertinente, e cogitou da desatualização das listagens apresentadas. Ao final agradeceu, encerrando seu pronunciamento entre aplausos. Passou-se à etapa em que se pronunciam os representantes do Poder Legislativo. Luiz Antônio Salata, Vereador pelo Município de Olímpia, após declarar-se *ad occasionem* porta-voz dos interesses da bancada governista no Legislativo Municipal, enalteceu a importância da audiência em curso. Pôs em relevo os programas desenvolvidos pela Prefeitura Municipal, através do Prefeito Geninho, no sentido de prover a preservação e recuperação ambientais. Comentou haver observado, enquanto engenheiro, que o Grupo Guarany preocupou-se a todo o tempo em granjear gabaritados profissionais da área para compor os quadros que encabeçariam a ampliação da usina, acompanhando de perto todas as questões que apresentam relevância para a municipalidade. Teceu elogios também à população olimpiense, que segundo ele

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

teria sabido identificar os aspectos positivos e apoiar o empreendimento, sobretudo face sua relevância no plano econômico. Passou-se à etapa em que tem lugar as réplicas e respostas às indagações antes apresentadas. Antônio Melhem Saad, técnico da TN-Ambiental, veio uma vez mais ao púlpito, agora para responder às indagações do Capitão Azevedo, da Polícia Ambiental de Barretos. A respeito do questionamento que versava sobre os critérios que teriam sido adotados no zoneamento sucroalcooleiro do Estado de São Paulo, esclareceu que este teria sido organizado com base nos mapeamentos de diversos institutos do Estado, de modo especial do mapa geomorfológico do Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, editado em 1981, e de outro, da lavra do Instituto Agrônomo, datado de 1989. Comentou que os dados coletados foram cruzados, de modo a permitir maior precisão nos diagnósticos. Discorreu brevemente sobre os critérios de adequação dos parâmetros de zoneamento, descrevendo em linhas gerais o rol de cautelas adotadas. No que tange à questão relativa à captação de água do Córrego do Baguaçu, informou que o barramento das águas permite que toda a água necessária ao pleno funcionamento da usina seja armazenada por meio de um reservatório, sem prejuízo na vazão do córrego, que deste modo permanece sob estrito controle. Informou ainda que o barramento foi precedido de metucioso levantamento acerca das captações existentes, e que a usina recebeu a outorga do departamento de energia elétrica. Quanto à terceira questão formulada pelo Capitão Azevedo, relativa ao meio biótico afetado pelo empreendimento, transmitiu ao engenheiro ambiental responsável pelo estudo o encargo de prestar os esclarecimentos pertinentes, e deu por encerrada sua participação no evento. Capitão Azevedo, da Polícia Ambiental de Barretos, sugeriu fosse realizado um monitoramento das espécies de aves listadas e cuja presença comumente é observada em canaviais, coqueiros e palmeiras, enfim, nessa que constitui a paisagem peculiar do município, e citou o papagaio boiadeiro, uma das espécies locais em perigo de extinção. Ponderou que haverá um impacto significativo em nichos ecológicos específicos, e destacou que, nada obstante a diferença observada entre as listagens de espécies federais e estaduais sob risco de extinção, algumas espécies de aves presentes na região são encontradas em ambas as listas. Por fim, prognosticou que, levado a cabo o empreendimento segundo planejado, haverá uma vulneração do nicho ecológico daquela microrregião, sob grave risco de danos ambientais de difícil ou impossível reversibilidade. Maria Cristina Poletto, Gerente de Divisão da CETESB, esclareceu que o zoneamento ambiental foi confeccionado em colaboração com a Secretaria da Agricultura, ocasião em que foi considerada a adequabilidade de uso das inúmeras qualidades de solo segundo sua destinação, tendo em vista diferentes relevos e climas, e que contou com a participação de universidades públicas, resultando no projeto Biota FAPESP. Secretário-Executivo do Consema, depois de informar que tudo havia sido registrado e seria juntado ao processo, para que os técnicos do DAIA analisassem todas as contribuições com vistas ao aprimoramento do projeto, declarou que todas as etapas da audiência pública haviam sido a contento cumpridas e agradeceu, em nome do Secretário de Estado de Meio Ambiente, Francisco Graziano Neto, a presença de todos. Informou ainda que toda pessoa que quisesse contribuir com o aperfeiçoamento desse projeto poderia encaminhar ao Consema sua contribuição, no prazo regulamentar de cinco (5) dias úteis após a realização da presente audiência, seja através dos correios, seja protocolando-a diretamente na Secretaria Executiva do Conselho. Eu, Gerson Cotrim Filiberto, Executivo Público lotado no Núcleo de Documentação e Consulta, lavrei e assino a presente ata.